

EDITORIAL

v. 22, n. esp.1, mar. 2018

POLÍTICAS PÚBLICAS: GOVERNO VERSUS UNIVERSIDADESebastião de Souza LEMES¹

Um desconforto que incomoda permanentemente são as comparações puramente de “*ocasião*” e em conformidade com o que se quer ver, pensar ou agir. Comparações incongruentes e ao sabor do argumento, mesmo que inconsistente, estão presentes em praticamente tudo que queremos dizer ou fazer. Hoje comparamos as nossas condições para sermos uma Universidade internacionalizada com idealizações relativas às maiores, mais antigas e qualificadas do mundo. Somos grandes sim, mas por termos crescido de maneira desordenada (descontrolada?) e, por vezes, ingenuamente, tendo superestimando nossas possibilidades de conquistas junto a um Estado absolutamente poderoso, porém politicamente partidário, liberal interveniente (sic) e populista. O controle na arrecadação dos tributos e distribuição orçamentária, desqualifica mediadores, tanto políticos quanto acadêmicos, quando debatem os ajustes de custeio a uma Universidade que se pretende grande, internacional e qualificada, tanto no ensino quanto na pesquisa e em seus atributos extensionistas. A Universidade é constitucionalmente autônoma, porém orçamentariamente dependente de um Estado cuja soberania a restringe; é uma “*quase*” autonomia, caracterizada por seu grau de complexidade, pela sua “*jovialidade*” impulsiva e ingênua, pela ausência de tradição acadêmica ou de escolas teóricas que a respalde. Mantida por um Estado excessivamente burocratizado e absolutamente ineficiente no seu compromisso federativo de promover mecanismos de descentralização. Não se pode separar as questões postas à autonomia universitária da concepção de Estado, este irá sempre prevalecer e afetar diretamente esse atributo inerente à ideia de Universidade.

A guisa do melhor entendimento, concebe-se o Estado brasileiro, cujas raízes históricas o sustenta e orienta estruturalmente, como um estado centralizador e intervencionista, que não favorece uma concepção clara de autonomia universitária. Esse perfil de Estado gera fatores impeditivos para que essa realização ocorra e, nesse contexto, afeta diretamente a construção

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Educação Escolar. Coordenador FEPAE Sudeste. Editor. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-0750-9294>>. E-mail: ss.lemes2@gmail.com

de uma concepção de autonomia universitária coerente com um Estado Democrático² do qual, entre outras responsabilidades inerentes ao seu compromisso com a sociedade, se demanda provocar alteração das condições sociais de desigualdade em que a educação, além de ser alçada à condição de um direito fundamental, deve contribuir de maneira estruturante para a efetividade do processo de conquista do Estado Democrático de Direito no país.

Enquanto essa conquista não se efetiva e nossos mediadores, entre a universidade e o estado, não falam a mesma língua ao tratar da funcionalidade acadêmica qualificada e sua manutenção, dois temas, além de outros, pouco claros nos imobilizam e nos consomem: o das relações de poder dentro da instituição universitária e a questão do financiamento com o foco exclusivo na visão míope da política universitária reduzida a uma planilha contábil das mais elementares e, ainda assim, assumida como único foco de ação pelos dois lados, de um a Universidade e de outro o Estado. Como se o olhar para a Universidade somente fosse possível através dessa lente, como se a miopia tivesse aumentado ao mesmo tempo que a Universidade se afasta e, se não for por meio das dessas lentes, não mais se consegue vê-la.

O que se tem nesse momento são tópicos de discursos que não se efetivam em ações, como se a democratização universitária institucionalizada produzisse um conjunto de reflexões de grande importância para se resolver problemas acadêmicos, mas não possibilitasse ações suficientemente adequadas para tal finalidade. Como o professor Nóvoa nos alertava, referindo-se às questões da profissionalidade docente, sobre o excesso dos discursos que escondem uma grande pobreza das práticas. Afirma ainda, que temos um discurso coerente, em muitos aspectos consensual e estamos de acordo quanto ao que é preciso fazer, mas raramente temos conseguido fazer aquilo que dizemos que é preciso fazer. (2007).

Nesse mosaico situacional o poder soberano do Estado, por meio dos governos empoderados, e o poder “quase” autônomo na Universidade se debatem encapsulados em seus nichos, no mesmo momento em que, de um lado, a sociedade espera por uma Universidade pública de qualidade e de outro, os alunos, professores e funcionários desta Universidade querem um ensino e uma produção científica de qualidade. Porém, uma espécie de encapsulamento, de ambos os lados, produz um diálogo inaudível, contraditório, impregnado de incertezas e desconfianças; como se não nos conhecêssemos. Debatem-se como se cada um quisesse coisas diferentes e ruins para o outro; não conseguimos unificar as visões e as

² Não cabem aqui, como propósito central, considerações mais aprofundadas sobre Teoria de Estado, porém fica a recomendação do texto: NOTAS SOBRE O ALCANCE NORMATIVO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL. Roberta Camineiro Baggio. 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/autonomiauniversitaria.pdf> (Acessado em 05/2018).

percepções de que tratamos com a mesma realidade, nem chegar à conclusão de que se quer a mesma coisa. Com a democracia conquistada internamente elegemos nossos gestores com seus programas de gestão negociados, organizados e debatidos com a base e ao assumir, usa-se as lentes contábeis para ver uma outra universidade, reduzida a um conjunto pouco convincente de números, e a nos mostrar que nada do que foi programado, debatido e negociado se poderá cumprir. Talvez a conquista os tenha tornado míopes ou apenas os distanciaram da Universidade em si, lhes esmaeceram a memória, lhes deturparam a visão (longo prazo) e lhes orientaram o olhar (do detalhe imediato) obtuso e dirigido. Nesse contexto há que se indagar: e o compromisso? A credibilidade? A confiança depositada? A expectativa programática? Que verdade existiu e restou de todo processo? Se essas indagações permanecem sem respostas há que se entender a impossibilidade da ação ou que a ação política contemporânea na Universidade não é, portanto, uma regressão ou desajuste, mas uma forma de ação inadequada à condição democrática e autônoma de que se desfruta.

O Estado por sua vez, por meio dos governos, procura desincumbir-se, sem assumir publicamente é claro; ao se ocultar nas tramas produzidas pelos excessos burocráticos e sempre bem protegido por um poder legislativo subserviente, um exagerado partidarismo clientelista e os casuísmos no trato e no entendimento da legislação. Todo envolvimento e compromisso desse Estado é com a próxima eleição e a dimensão do fundo partidário disponível para campanha eleitoral. Se perguntarmos onde está a Universidade pública nesse contexto, além de alguma declaração com narrativa vazia e em geral falaciosa, por certo, não de forma explícita, se terá como resposta que essa instituição não está, em nenhum lugar, mas que certamente surgirá, por força constitucional, na elaboração do orçamento para se apresentar à distribuição dos recursos e em busca da quota parte que lhe cabe. Esta presença, absolutamente indesejável aos parlamentares, impõe à Universidade pública um tratamento desdenhoso, de desconfiança e até de certa perversidade. Como se nunca tivessem, a si próprios ou a algum dos seus, usufruído dela em sua trajetória de formação, é como se não a conhecessem. Não há reconhecimento do executivo, não há vontade no legislativo e certa apatia do judiciário quando a questão envolve a ineficiência do executivo, associada à habilidade e cinismo do legislativo, quando toda narrativa dos argumentos está posta na voz ativa com gerúndio e em uma transitoriedade sem fim.

Com a democracia conquistada elegemos nossos legisladores e governantes com seus programas eleitorais negociados, organizados e debatidos com as bases partidárias, como legítimos representantes dos diferentes seguimentos da complexa diversidade social de nosso país e, ao assumirem, usam as lentes contábeis para verem uma outra sociedade, reduzida a um

conjunto pouco convincente de números e a nos mostrar que nada do que foi programado, debatido e negociado se poderá cumprir. Talvez a conquista os tenha feito míopes ou apenas os distanciou da sociedade de onde vieram e que lhes concedeu o poder da representação. Talvez lhes tenham esmaecido a memória, deturpado a visão (longo prazo) e lhes orientado o olhar (do detalhe imediato) para o obtuso e dirigido do seu partido e seus indiferentes líderes que, com suas máscaras coladas ao rosto, por isso transformados de maneira permanente, num misto de admiração, devoção e subserviência partidária ou ideológica, se refugiam às sombras de seus líderes mascarados, às suas próprias máscaras ou nos “becos” obscuros poucos visíveis dos próprios partidos ou ainda da estrutura de poder da qual, agora, fazem parte. A sociedade não é mais importante, a fonte que lhe outorga poder já não mais lhe determina a ação, não há mais compromisso ou fidelidade, só a miopia, o cinismo, a desfaçatez. Nesse contexto há que se indagar: e o compromisso? A credibilidade? A confiança depositada? A expectativa programática? Que verdade existiu e restou de todo processo? Se essas indagações permanecem sem respostas há que se entender a impossibilidade da ação ou que a ação política contemporânea dos governos não é, portanto, uma regressão ou desajuste, mas uma forma de ação inadequada à condição democrática e autônoma de que se desfruta.

Essa situação, tanto dos governos como da Universidade, encontra-se em evidencia na sociedade atual e é favorecida pela dinâmica das redes sociais com suas interconexões; para nós, na Universidade, resta indagar: qual dessas posições traduz a verdadeira necessidade, seja do governo (Estado) seja da Universidade? É possível agir social, política ou academicamente como se a verdade não existisse ou fosse irrelevante? Nessa era de pós-verdade estamos, acadêmica e politicamente, ajustando as nossas narrativas porque gostamos ou necessitamos de certa informação que, por ora, é mais importante que sua verdade essencial. Assim, contrariamente ao sentido de Universidade e sem um referencial normativo mínimo da ideia de verdade essencial sustentada pelo fato em si, serão apresentados e terão foco, os valores, as crenças e as motivações mais ou menos conscientes, na tentativa de construir novas “realidades percebidas” e estas reivindicarão a condição de verdade e a elas estaremos submetidos todos.

Editores

Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Prof. Dr. Ricardo Ribeiro

Editor Adjunto Executivo – Assessoria Técnica de Periódicos

Prof. Me. José Anderson Santos Cruz